



**Prefeitura
de Timbó**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL N. 001/2018
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Cargo: **ADVOGADO**

INSTRUÇÕES

- Nesta prova, você encontrará:
10 (dez) questões de Língua Portuguesa,
05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais e
25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos Específicos.
- Você está recebendo um **Caderno** com um total de 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, uma **Folha Intermediária de Respostas** e um **Cartão-Resposta**.
- Leia atentamente todas as questões e assinale a alternativa que julgar correta ou mais adequada. Lembre-se de que, para cada questão, existe apenas uma alternativa **correta**.
- Utilize a **Folha Intermediária de Respostas** para registrar as alternativas escolhidas. Essa folha ficará em seu poder para conferência com o gabarito a ser publicado.
- Depois de preencher a **Folha Intermediária de Respostas**, transcreva as alternativas escolhidas para o **Cartão-Resposta**, preenchendo, **forte e completamente, a bolha** com caneta esferográfica azul-escura ou preta. Não faça outro tipo de marca na bolha nem utilize outro tipo de caneta.
- No **Caderno de Questões**, você poderá fazer as anotações de que necessitar.
- O **Cartão-Resposta** e o **Caderno de Questões** serão devolvidos ao fiscal.
- Assine no local indicado no **Cartão-Resposta**.
- Você não poderá sair da sala de prova antes de transcorrida 1 (uma) hora.
- Os três últimos candidatos permanecerão na sala até o término das provas.
- Duração da Prova: 3h.

**INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO
DO CARTÃO-RESPOSTA**

MARQUE ASSIM: 

NUNCA MARQUE ASSIM: 

AGUARDE A ORDEM PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

Nome Legível do Candidato

Assinatura do Candidato

Timbó, 24 de fevereiro de 2019.

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e resolva as questões de 1 a 7.

O primeiro projeto apresentado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 2019 promete repercutir. De autoria do deputado Valdir Cobalchini, a proposta quer proibir o uso de radares móveis, estáticos e fixos nas rodovias estaduais.

— Tem condão puramente arrecadatário, já que não se presta a promover a educação preventiva dos motoristas, conforme preconiza o Código de Trânsito Brasileiro — disse o deputado sobre o uso dos equipamentos. [...]

Disponível em <https://www.nsctotal.com.br>. Acesso em 11/02/2019. [adaptado]

- 1- Assinale a única alternativa que contenha um sinônimo do verbo “repercutir”, utilizado no texto:
(A) impressionar
(B) falhar
(C) endurecer
(D) intrigar
(E) prejudicar
- 2- No período “já que não se presta a promover a educação preventiva dos motoristas”, o “já que” introduz a ideia de:
(A) oposição
(B) explicação
(C) adição
(D) exclusão
(E) alternância
- 3- A expressão “já que”, destacada no texto, pode ser substituída, corretamente e sem alteração de sentido, por:
(A) quando
(B) logo
(C) portanto
(D) embora
(E) na medida em que
- 4- Assinale a alternativa correta:
(A) móveis – todas as paroxítonas são acentuadas.
(B) Estáticos – as paroxítonas terminadas em O são acentuadas.
(C) Arrecadatário – todas as oxítonas são acentuadas.
(D) Trânsito – todas as proparoxítonas são acentuadas.
(E) Código – as oxítonas terminadas em O são acentuadas.
- 5- Assinale a alternativa correta quanto à classificação da classe gramatical das palavras do texto:
(A) primeiro – preposição
(B) condão – substantivo
(C) Tem – advérbio
(D) puramente – adjetivo
(E) se – numeral
- 6- No trecho “...a proposta quer proibir o uso de radares móveis, estáticos e fixos nas rodovias estaduais.”, a vírgula está correta, pois é utilizada para:
(A) omitir um termo.
(B) separar um aposto.
(C) enumerar palavras de mesma função sintática.
(D) separar um vocativo.
(E) intercalar uma explicação.
- 7- Assinale a única alternativa correta quanto ao tempo e modo verbal dos verbos retirados da notícia:
(A) quer – presente do subjuntivo.
(B) promete – presente do indicativo.
(C) Tem – imperativo afirmativo.
(D) preconiza – pretérito imperfeito do indicativo.
(E) disse – pretérito perfeito do indicativo.

Leia o texto e resolva as questões de 8 a 10.

O Deputado Estadual Laércio Schuster estará nesta quinta-feira, dia 14, na Secretaria de Estado da Defesa Civil. Será recebido pelo Secretário em Exercício, Coronel Losso, e toda a Diretoria. O objetivo é conhecer a atual estrutura da Defesa Civil e debater a situação das barragens da Celesc em Santa Catarina.

Para se ter uma ideia da importância desse tema, somente nas regiões do Médio e Alto Vale do Itajaí existem cinco barragens: Palmeira, Alto Cedro, Ibirama, Taió e José Boiteux. [...]

Segundo o deputado, o objetivo é assegurar que todas as barragens do Estado estejam em plena segurança, em especial neste momento de consternação e preocupação por parte dos brasileiros, em geral, e dos catarinenses, em particular, devido a tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais. [...]

Disponível em <https://www.timbonet.com.br/laercio-vai-se-reunir-com-diretoria-da-defesa-civil-sobre-barragens>. Acesso em 13/02/2019. [adaptado]

8- Propositadamente, foi retirado o acento indicativo de crase em um dos trechos do texto. Assinale, pois, a alternativa que contenha o trecho em que deve ser colocado crase:

- (A) ... toda a Diretoria.
- (B) ... conhecer a atual estrutura...
- (C) ...devido a tragédia de Brumadinho...
- (D) ... todas as barragens do Estado...
- (E) ... debater a situação das barragens da Celesc em Santa Catarina.

9- Sobre o texto, é correto afirmar que:

- I- Em Santa Catarina, existem somente cinco barragens: Palmeira, Alto Cedro, Ibirama, Taió e José Boiteux.
- II- O Deputado Estadual Laércio Schuster é o Secretário em Exercício da Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina.
- III- O objetivo do Deputado Estadual é conhecer a atual estrutura da Defesa Civil e debater a situação das barragens da Celesc em Santa Catarina.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas a afirmativa III está correta.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

10- A exemplo da palavra ideia, utilizada no texto acima, assinale a alternativa que contenha outra palavra que também perdeu o acento com o Novo Acordo Ortográfico:

- (A) Heroi
- (B) Herois
- (C) Heroico
- (D) Aneis
- (E) Papeis

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS

11- Muitas capitais brasileiras merecem destaque, seja por sua participação na economia do País, seja por sua concentração populacional ou pelo seu contexto histórico. Isso posto, considere as características abaixo:

- 1- A cidade possui um importante acervo histórico e arquitetônico, além de suas belezas naturais que atraem vários turistas.
- 2- Foi a primeira capital do Brasil e possui belas construções do período colonial.
- 3- É uma cidade histórica com importantes marcos arquitetônicos do período áureo da borracha.
- 4- A cidade viveu um breve período holandês, mas com grandes contribuições à arquitetura, ao urbanismo e ao paisagismo, principalmente no período da administração do Conde Maurício de Nassau.
- 5- É uma das cidades mais quentes do País e está situada exatamente no centro da América do Sul.

Assinale a alternativa que apresenta, na ordem, as capitais brasileiras que correspondem às características acima:

- (A) Fortaleza, Recife, Belém, Cuiabá e Manaus.
- (B) Maceió, Rio de Janeiro, Rio Branco, Fortaleza e Goiânia.
- (C) Recife, Rio de Janeiro, Cuiabá, Goiânia e Brasília.
- (D) Rio de Janeiro, Salvador, Manaus, Recife e Cuiabá.
- (E) Salvador, Recife, Manaus, Maceió e Palmas.

12- Sobre a história de Timbó, analise as afirmativas abaixo e identifique a(s) correta(s):

- I- Timbó foi fundada pelo imigrante alemão Frederico Donner, em 12 de outubro de 1869.
- II- O ano de 1934 marcou a criação e a instalação do município de Timbó.
- III- Além da influência da cultura germânica, o município de Timbó recebeu forte influência dos imigrantes austríacos.
- IV- Os primeiros imigrantes italianos chegaram a Timbó no início do século XIX, mas não se adaptaram e se instalaram no sul catarinense.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas a afirmativa II está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (E) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

13- A contornação do município de Timbó se dá por serras formadas em partes pelos contrafortes da Serra do Mar. Sobre a Serra do Mar, assinale a alternativa correta:

- (A) A Serra do Mar é um maciço rochoso que se estende desde Pernambuco até o sul de Santa Catarina.
- (B) Em Santa Catarina, a Serra do Mar recebe o nome Serra dos Órgãos.
- (C) Criado em 2008, pelo governo de Santa Catarina, o Parque Estadual Serra do Mar representa a maior porção contínua preservada de Mata Atlântica no Brasil.
- (D) As maiores altitudes da Serra do Mar ficam no Estado de Santa Catarina.
- (E) A Serra do Mar é conhecida como a “Cordilheira Brasileira” devido a sua formação montanhosa prolongada, cerca de 1000 km de extensão e altitudes que variam de 1200 a 2200 metros acima do nível do mar.

14- Sobre a história do Brasil, numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando período e fato histórico:

Primeira coluna: Períodos

- 1- Período Colonial
- 2- Período Imperial
- 3- Período Republicano

Segunda Coluna: Fatos históricos

- () Abertura dos Portos
- () Batalha do Guararapes
- () Construção de Brasília
- () Assinatura da Lei Áurea
- () Regência Trina e Una
- () Ciclo da exploração do ouro

Assinale a alternativa que indica a associação correta das colunas:

- (A) 1 – 2 – 3 – 3 – 1 – 2.
- (B) 1 – 1 – 3 – 2 – 2 – 1.
- (C) 3 – 3 – 3 – 1 – 1 – 2.
- (D) 2 – 1 – 1 – 2 – 3 – 3.
- (E) 2 – 2 – 3 – 3 – 1 – 1.

15- Os vestígios materiais do passado como objetos pessoais, fósseis, obras artísticas, entre outras coisas, muitas vezes são os únicos elementos ou documentos que sobram de quem viveu há séculos ou milênios. O Brasil perdeu parte significativa de sua história. Na noite de 2 de setembro de 2018, um *incêndio* de grandes proporções atingiu:

- (A) O Museu da Língua Portuguesa, na Praça da Luz, no centro de São Paulo. O acidente aconteceu justamente no ano em que a instituição comemorava 200 anos de existência.
- (B) A Cinemateca Brasileira, localizada na Zona Sul de São Paulo. Foram destruídos cerca de 731 de seus 44 mil títulos, entre cinejornais com cenas do noticiário político e curtas-metragens.
- (C) O Museu de Ciências Naturais da PUC, de Minas Gerais. Atualmente ele tinha o maior acervo da história natural da América Latina, com 20 milhões de itens.
- (D) O Memorial da América Latina, na Zona Oeste de São Paulo. Foi fundado por Dom João VI, em 1818, e seu primeiro acervo surgiu a partir de doações da Família Imperial e de colecionares particulares.
- (E) O Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro. Trata-se da instituição científica mais antiga do País e uma das mais importantes do mundo.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16- Pela Lei Complementar nº 01, de 22/10/1993, diárias e transporte constituem indenizações ao servidor. Sobre as diárias, analise as situações abaixo e identifique a(s) correta(s):

- I- O servidor que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município, em objeto de serviço, fará jus a passagens e diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.
- II- Caso o servidor receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.
- III- Se o servidor retornar à sede em prazo menor que o previsto, estará dispensado de restituir as diárias recebidas em excesso.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Apenas a afirmativa II está correta.
- (C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (E) As afirmativas I, II e III estão corretas.

17- Sobre a jornada de trabalho nas repartições e órgãos públicos do Município de Timbó, analise as afirmativas abaixo e identifique a(s) correta(s):

- I- A jornada de trabalho para todos os servidores públicos de Timbó é de oito horas diárias e quarenta horas semanais.
- II- A jornada de trabalho para o serviço administrativo e/ou burocrático é de 35 (trinta e cinco) horas semanais.
- III- A jornada de trabalho para o magistério é de 20 horas aula semanais por turno.
- IV- A jornada de trabalho para o serviço operacional é de 44 horas semanais.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa I está correta.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

18- À luz da Lei Complementar nº 137, de 02/07/1998, assinale a alternativa correta:

- (A) A promoção por antiguidade corresponde ao um adicional de 6% (seis por cento), calculados sobre o vencimento do cargo efetivo ocupado pelo servidor, por força do tempo de serviço no cargo.
- (B) A avaliação de desempenho será realizada semestralmente pelo titular da Secretaria de Administração, por meio da ficha de avaliação específica para esse fim.
- (C) A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, independentemente do prazo de sua validade do concurso.
- (D) Os editais de abertura de concurso público deverão reservar às pessoas portadoras de deficiência até 5% (cinco por cento) das vagas nele oferecidas, ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso.
- (E) Enquanto o servidor estiver respondendo a processo administrativo, interromper-se-á o decurso do interstício para promoção por desempenho e por antiguidade e, no caso de absolvição, contar-se-á em seu favor os requisitos para tais promoções, se outros impeditivos não ocorrerem.

19- Sobre a ética no serviço público, analise as afirmativas abaixo e identifique a(s) correta(s):

- I- O aprimoramento do discernimento ético do servidor público tem grande papel na melhoria do serviço público em nosso país.
- II- O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta.
- III- Os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia do servidor público em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa III está correta.
- (D) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- (E) Apenas a afirmativa II está correta.

20- Considerando os grupos ocupacionais do quadro geral de provimento efetivo do poder executivo, previstos pela Lei Complementar nº 137, de 02/07/1998, preencha a segunda coluna de acordo com a primeira:

Primeira coluna: Grupos ocupacionais

- 1- Profissional
- 2- Semiprofissional
- 3- Administrativo
- 4- Serviços gerais

Segunda coluna: Descrições dos grupos ocupacionais

- () reúne os cargos cujas tarefas requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina e predominância do esforço físico.
- () compreende os cargos que exigem conhecimentos de nível médio ou curso específico, cujas tarefas se caracterizam por certa complexidade e pouco esforço físico.
- () abrange os cargos cujas tarefas requerem elevado grau de atividade mental, exigidoras de conhecimentos teóricos e práticos de nível acadêmico.
- () congrega os cargos ligados à preparação, transferência, sistematização e preservação de papéis e outras atividades relacionadas ao âmbito administrativo e organizacional.

Assinale a alternativa que indica a associação correta:

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 3 – 2 – 1 – 4.
- (C) 4 – 2 – 1 – 3.
- (D) 3 – 4 – 2 – 1.
- (E) 2 – 3 – 4 – 1.

21- Assinale a alternativa que identifica corretamente o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional:

- (A) Categoria Funcional.
- (B) Cargo.
- (C) Enquadramento.
- (D) Promoção funcional.
- (E) Remuneração.

22- Leia as características abaixo:

- 1- Capacidade de se colocar no lugar do outro.
- 2- Capacidade de compreender melhor o comportamento alheio em determinadas circunstâncias e a forma como outra pessoa toma as decisões.
- 3- Sentimento indispensável para melhorar a qualidade da comunicação e do relacionamento entre as pessoas.
- 4- Capacidade psicológica de compreender pensamentos e emoções, procurando experimentar, de maneira objetiva e racional, os sentimentos dos outros indivíduos.

As características acima se referem à:

- (A) Autoconsciência.
- (B) Disposição.
- (C) Empatia.
- (D) Resiliência.
- (E) Cortesia.

23- A Constituição da República estabelece como sendo de competência legislativa exclusiva dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local. Assim, considerando esse permissivo constitucional, identifique os itens sobre os quais os Municípios podem legislar:

- I- A criação de infrações de trânsito.
- II- O horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.
- III- Matéria de segurança de estabelecimentos financeiros.
- IV- A paisagem urbana, limitando a poluição visual.
- V- A concessão de gratuidade de transporte público urbano a pessoas entre 60 e 65 anos.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, II, IV e V estão corretos.
- (D) Apenas os itens IV e V estão corretos.
- (E) Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.

24- Analise a seguinte situação hipotética: a Diretora de uma escola municipal de Timbó/SC ordenou à Professora Maria Jacinta, lotada na referida escola, que assumisse provisoriamente as aulas de um Professor afastado por licença para tratamento de saúde. Em resposta, Maria Jacinta se recusou a assumir as aulas e sugeriu que, caso a Diretora lhe pagasse determinada quantia em dinheiro, a título de comissão, poderia reconsiderar da sua decisão e substituir provisoriamente o Professor licenciado. Por conta da conduta da Professora Maria Jacinta, foi instaurada sindicância que culminou na aplicação de pena de demissão por ter praticado as infrações previstas na Lei Municipal pertinente.

Com base na narrativa acima, assinale a alternativa correta:

- (A) Da sindicância, não pode resultar a aplicação da pena de demissão.
- (B) Da sindicância, pode resultar a aplicação das penas de advertência, suspensão por até trinta dias ou demissão.
- (C) Os princípios do contraditório e da ampla defesa não precisam ser aplicados à sindicância, pois essa decorre do poder de investigação da Administração Pública. Esse poder dispensa, como, no caso da Professora Maria Jacinta, a instauração de processo administrativo disciplinar para a aplicação da pena de demissão.
- (D) A sindicância deve ser concluída em sessenta dias, prorrogáveis automaticamente por igual período, após o encerramento desse prazo.
- (E) Caso Maria Jacinta não tivesse constituído Advogado para defendê-la na sindicância, esse procedimento administrativo seria considerado nulo.

25- Analise as seguintes afirmativas, relativas à licitação e identifique as corretas:

- I- Do ato da Administração Pública que anula ou revoga a licitação, cabe recurso, no prazo de quinze dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
- II- O princípio do julgamento objetivo estabelece que o edital deve especificar, de forma clara e precisa, qual critério será usado para seleção da proposta vencedora. São exemplos desses critérios o menor preço, a melhor técnica e o maior lance ou oferta.
- III- Quando a Administração Pública aliena ou adquire bens imóveis, essas contratações dependem de prévia licitação, sempre na modalidade de concorrência, salvo quando o imóvel tiver sido adquirido por doação em pagamento ou decisão judicial, hipóteses nas quais a licitação pode ocorrer nas modalidades de concorrência ou leilão.
- IV- Tanto a dispensa quanto a inexigibilidade de licitação são situações nas quais a administração pode contratar sem a necessidade de realização do procedimento licitatório. Na inexigibilidade, a licitação é impossível, como, no caso da doação de imóvel para outro órgão ou entidade da administração pública.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

26- Considere o seguinte excerto doutrinário: “Parte da doutrina considera que os municípios, embora sejam entes federativos sob o ponto de vista formal, não o seriam sob o ponto de vista material, tendo em vista que: a) os municípios não gozam de participação direta no Congresso Nacional (ao contrário dos Estados e do Distrito Federal, que possuem, cada qual, três senadores); b) os municípios não teriam poder constituinte derivado decorrente, já que a lei orgânica do município não teria status constitucional; c) os municípios não possuem Poder Judiciário, ao contrário de todos os outros entes federativos”. (MARTINS, Flávio. Curso de direito constitucional. 1a. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 1.272-1.273). Isso posto, assinale a alternativa correta:

- (A) Não é correta a afirmação de que os municípios não possuem Poder Judiciário pois, em que pese não tenham tribunais (ao contrário da União e dos Estados), possuem órgãos judiciários locais, assim considerados os juízes de paz.
- (B) A Lei Orgânica do Município deve ser aprovada em dois turnos pela Câmara de Vereadores, com intervalo mínimo de 10 dias entre a primeira e a segunda votação e com quórum de dois terços dos membros do legislativo em ambas as votações.
- (C) São exemplos de competências legislativas dos municípios a competência para elaborar a Lei Orgânica, a competência para legislar sobre assunto de interesse local (como a criação de microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes) e a competência para elaborar o plano diretor.
- (D) São exemplos de competências não legislativas dos municípios promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, bem como prestar serviços de atendimento à saúde da população, desde que o município seja autorizado pela União e pelo Estado respectivo.
- (E) A Lei Orgânica do Município deve ser aprovada em dois turnos pela Câmara de Vereadores, com intervalo mínimo de 10 dias entre a primeira e a segunda votação e com quórum de três quintos dos membros do legislativo.

27- Considerando a disciplina dos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) A pessoa jurídica de direito público não pode oferecer um bem público como garantia real dos débitos contraídos por ela diante da não onerabilidade dos bens públicos. Assim, tais bens não são suscetíveis de penhor ou anticrese, mas podem ser gravados com hipoteca.
- (B) Os bens de uso especial são bens públicos que não têm qualquer destinação pública como, por exemplo, bens móveis apreendidos pela Administração.
- (C) O prédio de escola pública e um automóvel oficial são exemplos de bens públicos dominicais ou dominiais.
- (D) São públicos os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, com exceção das autarquias, cujos bens possuem disciplina própria e não possuem as características dos bens públicos (impenhorabilidade, não onerabilidade e imprescritibilidade).
- (E) São públicos os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Contudo, os bens das empresas públicas que prestam serviços públicos podem ser penhorados desde que tais bens não estejam diretamente afetados à consecução da atividade-fim (serviço público) ou, ainda que afetados, a penhora não comprometa a execução dessa atividade.

28- Analise a seguinte situação hipotética: o Prefeito do município de Águas Correntes propôs Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o Supremo Tribunal Federal, sustentando a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 125/2013, que dispunha sobre infrações político-administrativas de prefeitos e vereadores. Sustentou o Prefeito, na petição inicial, que a Lei em questão “descumpre preceito fundamental em sua integralidade por violar o Princípio Constitucional da Reserva de Lei Formal e o Princípio Constitucional da Separação dos Poderes, por legislar sobre matéria privativa da União estabelecida no artigo 22 da Constituição da República”. Assim, além da procedência do pedido, requereu ainda a concessão de liminar para suspender a eficácia da Lei Municipal atacada.

Com base na narrativa acima, assinale a alternativa correta:

- (A) O Prefeito não detém legitimidade ativa para a propositura da ADPF, que deveria ter sido proposta pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil ou pelo Procurador Geral do Município.
- (B) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido na ADPF é irrecorrível, ressalvada a interposição de recurso extraordinário dirigido ao plenário do Supremo Tribunal Federal. Contra essa decisão, igualmente, não cabe a propositura de ação rescisória.
- (C) O controle da constitucionalidade dos atos legislativos municipais não comporta discussão na ADPF, cujo objeto pode versar sobre a controvérsia constitucional de lei ou ato normativo federal ou estadual, incluídos os anteriores à Constituição.
- (D) O Prefeito não detém legitimidade ativa para a propositura da ADPF, apesar de essa ação ser cabível quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.
- (E) O controle da constitucionalidade dos atos legislativos municipais pode ser exercido por meio da ADPF. No caso acima, como o Prefeito fundamentou seu pedido na inconstitucionalidade material da Lei Municipal nº 125/2013, e não na inconstitucionalidade meramente formal, ele terá legitimidade extraordinária para a propositura da ADPF.

29- Analise as afirmativas relativas à obrigação e ao crédito tributário e identifique as corretas:

- I- São causas de suspensão da exigibilidade e do lançamento do crédito tributário a moratória, o depósito do montante integral, as reclamações e os recursos nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, a concessão de medida liminar em mandado de segurança, a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial e o parcelamento.
- II- A obrigação tributária principal abrange o valor do crédito principal, bem como os respectivos juros e atualização monetária. Já a obrigação tributária acessória refere-se à multa e penalidades pecuniárias impostas ao contribuinte. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade.
- III- O pagamento é um exemplo de forma de extinção do crédito tributário. Caso o contribuinte faça o pagamento a maior, terá direito à restituição do montante indevido independentemente de ter feito o pagamento voluntariamente ou de ter calculado de forma equivocada o montante pago.
- IV- No lançamento por homologação, a autoridade administrativa manifesta sua concordância com a atividade do sujeito passivo, cancelando sua correção. Nessa modalidade de lançamento, a homologação pode ser expressa ou tácita. Na homologação tácita, se a lei não fixar prazo, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo, sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

30- Sobre os impostos municipais, assinale a alternativa correta:

- (A) O IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana) tem finalidade fiscal, não apresentando nenhuma finalidade extrafiscal prevista em lei.
- (B) Uma lei municipal hipotética que reduzisse o valor do IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana) sobre imóvel ocupado pela residência de seu proprietário seria considerada inconstitucional pela violação do princípio da isonomia tributária, ainda que o proprietário somente possuísse aquele imóvel residencial.
- (C) As hipóteses de incidência do ITBI (imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis) abrangem todas as transmissões onerosas de direitos reais sobre imóveis, tais como a propriedade e a hipoteca. Estão excluídos, contudo, os casos de transmissões originárias, como a usucapião.
- (D) O ISS (imposto sobre serviços) tem como fato gerador a prestação dos serviços previstos em lei complementar, desde que tais serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador. O ISS incide também sobre o serviço proveniente do exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- (E) Os municípios têm competência para instituir três impostos: IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana), ITBI (imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis) e ISS (imposto sobre serviços). A menos que a Constituição da República seja emendada, inexiste possibilidade de os municípios criarem outros impostos além desses.

31- Analise as afirmativas referentes ao direito de propriedade e identifique a(s) correta(s):

- I- A propriedade é considerada um direito fundamental pela Constituição da República e, ressalvada sua função social relacionada à proteção ao meio ambiente, não encontra limites na legislação atual.
- II- A usucapião é modo originário de aquisição da propriedade, mediante o exercício da posse pacífica e contínua, durante certo período de tempo previsto em lei.
- III- Sendo a propriedade um direito real, a renúncia não é considerada uma forma de perdê-la.
- IV- Toda construção ou plantação existente em um terreno presume-se feita pelo proprietário e à sua custa, até que se prove o contrário.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas a afirmativa III está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (E) Apenas a afirmativa I está correta.

32- Analise a seguinte situação hipotética: João, morador do município de Timbó/SC, é credor de Pedro pela quantia de R\$ 100.000,00. Procurado pelo seu devedor e estando ambos de boa-fé, João aceitou receber, em vez da referida quantia, um imóvel de propriedade do devedor. Efetuada a dação em pagamento, João outorgou quitação da dívida. Contudo, alguns meses depois, um terceiro reivindicou o domínio do referido imóvel e demonstrou ter direito anterior sobre ele, obtendo provimento judicial que, acolhendo sua pretensão reivindicatória, fez com que João perdesse a propriedade do imóvel.

Com base na narrativa acima e considerando a disciplina legal da dação em pagamento, assinale a alternativa correta:

- (A) Nesse caso, considerando a boa-fé dos envolvidos e tendo ocorrido a evicção, a obrigação primitiva (de pagar os R\$ 100.000,00) será restabelecida, ficando sem efeito a quitação dada ao devedor.
- (B) A dação em pagamento, na hipótese, somente teria validade caso as partes especificassem, por escrito, o valor do imóvel dado pelo devedor.
- (C) Para a concretização da dação em pagamento, a vontade do credor é irrelevante, bastando, para tanto, que a dívida esteja vencida e o seu valor seja equivalente ou inferior ao valor do bem dado em pagamento.
- (D) Exige-se, para a caracterização da dação em pagamento, que o objeto da obrigação a ser extinta seja idêntico ao que será entregue ao credor para extinguir a obrigação.
- (E) Se for estipulado o preço da coisa dada em pagamento (a exemplo do que ocorre com os bens imóveis), as relações entre as partes serão reguladas pelas normas aplicáveis à permuta.

33- Conforme o Código de Processo Civil, não se considera fundamentada a decisão interlocutória, sentença ou acórdão, que:

- (A) Julgar parcialmente procedente os pedidos cumulados.
- (B) Extinguir o processo sem resolução do mérito por falta de interesse de agir.
- (C) Aplicar o enunciado de uma súmula identificando seus fundamentos determinantes.
- (D) Não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- (E) Empregar conceitos jurídicos indeterminados, ainda que explique o motivo concreto de sua incidência no caso.

34- Analise a seguinte situação hipotética: Madalena, ex-servidora pública municipal de Timbó/SC, propôs "ação anulatória c/c indenizatória" contra o Município de Timbó, na qual pediu a anulação do ato administrativo que lhe aplicou a pena de demissão do cargo público que ocupava e também a condenação do réu ao pagamento de indenização de danos por danos morais e materiais. Por fim, pediu ainda a reintegração ao cargo público que ocupava. Na causa de pedir da sua petição inicial, afirmou apenas que jamais recebeu qualquer advertência ou suspensão em razão das faltas injustificadas, até porque todas as faltas foram compensadas por meio do banco de horas ou descontadas da sua folha de pagamento. Em primeiro grau de jurisdição, após tramitação regular, os pedidos foram julgados improcedentes, sendo a autora dispensada do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios em razão da concessão do benefício da justiça gratuita e por ter comprovado sua hipossuficiência de recursos.

Ao recorrer contra a rejeição dos seus pedidos, Madalena arguiu a nulidade do processo administrativo que culminou na sua demissão, uma vez que, conquanto tenha requerido administrativamente a produção de prova testemunhal a fim de justificar as faltas consecutivas, não houve a apreciação do pleito pela autoridade administrativa competente.

Com base na narrativa acima, assinale a alternativa correta:

- (A) O argumento da nulidade do processo administrativo ao qual Madalena foi submetido deverá ser apreciado pelo Tribunal por força da aplicação da teoria da causa madura, não tendo se operado a preclusão.
- (B) O argumento da nulidade do processo administrativo que levou à demissão de Madalena não deverá ser apreciado pelo Tribunal por força da preclusão, a menos que a autora demonstre que não o fez no momento oportuno por motivo de força maior.
- (C) O julgamento dos pedidos de Madalena, em primeiro grau de jurisdição, não está sujeito à remessa necessária, porque foi feito por decisão interlocutória, sendo que a remessa necessária abrange tão somente as sentenças contrárias à Fazenda Pública.
- (D) O juiz de primeiro grau agiu corretamente ao deixar de condenar Madalena ao pagamento de custas e honorários, já que a autora, para receber o benefício da gratuidade judiciária, comprovou sua hipossuficiência de recursos.
- (E) Em que pese a ação tenha tramitado perante a Justiça comum estadual, o recurso deverá ser endereçado ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por força da competência federal delegada exercida pelo juiz de primeiro grau.

35- Analise as afirmativas referentes à sucumbência recursal e identifique a(s) correta(s):

- I- Não cabe sucumbência recursal em agravo de instrumento interposto contra decisão que defere ou indefere a tutela provisória pedida por uma das partes.
- II- Cabe sucumbência recursal em agravo de instrumento interposto contra decisão que julga antecipadamente parte do mérito da causa.
- III- Não cabe sucumbência recursal em qualquer recurso. Contudo, em caso de recurso contra a sentença que julga o mandado de segurança, os honorários anteriormente fixados podem ser majorados pelo tribunal competente.
- IV- O julgamento de embargos de declaração, interpostos pelo réu vencido, contra sentença que julgou procedente o pedido do autor, permite a fixação de honorários recursais.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Apenas a afirmativa III está correta.
- (E) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

36- Considerando a disciplina processual da Advocacia Pública, assinale a alternativa correta:

- (A) Os prazos processuais fixados para a Fazenda Pública praticar atos no processo são impróprios, já que a Fazenda Pública, quando se apresenta em juízo, ostenta a condição de parte, de tal maneira que, não obedecido o prazo estabelecido, por força da supremacia do interesse público, não haverá preclusão.
- (B) A intimação pessoal da Fazenda Pública pode ocorrer por meio eletrônico.
- (C) Os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- (D) A intimação pessoal da Fazenda Pública não pode ocorrer por meio eletrônico, mas tão somente pela remessa dos autos ao seu representante legal.
- (E) Os prazos judiciais para a Fazenda Pública são contados em dobro. Na contagem do prazo em dias, o prazo será computado de forma contínua, não se interrompendo nem suspendendo em dias sem expediente forense.

37- Analise a seguinte situação hipotética: uma empresa fabricante de fogos de artifício, sediada na cidade de São Paulo/SP, abriu uma fábrica no município de Timbó/SC. Poucas semanas após a inauguração da nova fábrica, uma explosão, ocorrida no horário no qual a produção estava em plena atividade, ceifou a vida de dezenas de trabalhadores e mutilou outras dezenas. Posteriormente, ficou demonstrado que a empresa pouco ou nada fez para minimizar os danos sofridos por seus empregados e também que a explosão foi gerada pelo desrespeito às normas mínimas de segurança por parte da empregadora.

Com base na narrativa acima e considerando as alterações promovidas pela Lei Federal nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) na CLT, assinale a alternativa correta:

- (A) Se julgar procedente o pedido de indenização por danos extrapatrimoniais, o juízo fixará a indenização a ser paga no montante de até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido, caso a ofensa seja considerada gravíssima.
- (B) A reparação por danos extrapatrimoniais não pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais, devendo cada parte ofendida propor ações separadas para cada pedido.
- (C) Se julgar procedente o pedido de indenização por danos patrimoniais, o juízo fixará a indenização a ser paga no montante de até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido, caso a ofensa seja considerada gravíssima.
- (D) Se julgar procedente o pedido de indenização por danos extrapatrimoniais, o juízo fixará a indenização a ser paga no montante de até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido, independentemente da gravidade da ofensa.
- (E) A formulação de acordo entre as partes, referente aos lucros cessantes e aos danos emergentes, deve ser levada em consideração pelo juízo na quantificação dos danos extrapatrimoniais.

38- Considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal de Timbó/SC, analise as seguintes afirmativas e selecione as corretas:

- I- A Câmara Municipal de Timbó/SC é composta de nove Vereadores, eleitos pelo voto direto e secreto, para cada legislatura, entre cidadãos maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos políticos.
- II- Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, a fixação da remuneração dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, em cada legislatura, para a subsequente, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica, até seis meses antes do término da legislatura.
- III- Em caso de relevância e urgência, o Prefeito poderá adotar medidas provisórias com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, à Câmara Municipal que, estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias. Essas medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei, no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.
- IV- A Procuradoria Geral do Município tem por Chefe o Procurador Geral do Município, nomeado pelo Prefeito Municipal, de reconhecido saber jurídico, reputação ilibada e preferencialmente com experiência em áreas diversas da administração. A Procuradoria Geral do Município é instituição que representa o Município e o Prefeito Municipal, judicial e extrajudicialmente, como advocacia geral, cabendo-lhe, ainda, nos termos da lei, as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo e, privativamente, a execução da dívida ativa de natureza tributária.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (D) As afirmativas I e III estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

39- Assinale a alternativa que contém um dos objetivos da fixação de parâmetros para o uso e ocupação do solo estabelecidos na Lei Complementar Municipal nº 483/2016:

- (A) Evitar a concentração e a dispersão excessiva da ocupação dos espaços, potencializando o uso da infraestrutura urbana.
- (B) Incentivar a criação de zonas com uso único, evitando, sempre que possível, a coexistência de diversos usos nas diferentes zonas.
- (C) Evitar o adensamento do Município sem reservar área para ventilação das edificações e dos logradouros.
- (D) Adequar a ocupação dos espaços tendo em vista tão somente a saúde e a segurança da população, independentemente dos aspectos ambientais ou culturais.
- (E) Dissociar a política territorial da função social da propriedade dos munícipes.

40- Considerando o que estabelece o Plano Diretor do Município de Timbó (Lei Complementar nº 335 de 05/10/2007), assinale a alternativa correta:

- (A)** A Desapropriação para Fins de Reforma Urbana é um instrumento que possibilita o poder público aplicar uma sanção ao proprietário de imóvel urbano, por não respeitar o princípio da função social da propriedade. Decorridos 10 (anos) anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamentos em títulos da dívida pública. O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado independentemente de procedimento licitatório.
- (B)** O direito de construir, ou seja, o direito de superfície potencializado pela legislação urbanística, não pode ser cedido pelo seu titular de forma onerosa.
- (C)** O Município não tem o direito de exercer a preferência para a aquisição de imóveis, ainda que estes sejam pré-identificados em Lei específica, por força do princípio administrativo da impessoalidade.
- (D)** O Estudo de Impacto de Vizinhança, que deve ser apresentado para obtenção das licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos de impacto, públicos e privados, localizados na Macrozona Urbana e na Macrozona Rural, substitui todos os demais mecanismos de licenciamento especificados pela legislação ambiental.
- (E)** O território do Município de Timbó subdivide-se na Macrozona Rural e na Macrozona Urbana. O objetivo da Macrozona Rural é a promoção do desenvolvimento rural, com base nas características socioambientais da realidade local e incentivo a atividades turísticas, não sendo permitida a implantação de loteamentos para fins urbanos e condomínios residenciais em glebas localizadas nessa Macrozona.



**Prefeitura
de Timbó**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL N. 001/2018
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito da prova objetiva serão divulgados até às 18h do dia 25 de fevereiro de 2019, no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Prefeitura Municipal de Timbó – Concurso Público - Edital N. 001/2018.

Timbó, 24 de fevereiro de 2019.